

Contra-Ciudades: Narrativas de Instabilidad¹

Priscila Mesquita Musa

Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Escola de Arquitetura e Design - EAD, da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Associação das Arquitetas Sem Fronteiras – ASF Brasil

Resumo

Algumas cidades sulamericanas se estabeleceram sob uma lógica predatória de mundo que leva a múltiplas escalas de alienação. É onde muitas vezes se perde a agência do corpo, do espaço, da história, da memória. Entretanto existem as experiências que conseguem vazar o campo das hegemonias, desconstruir o consenso e a lógica pré-estabelecida de cidade. Pontos de instabilidade que criam outras políticas, outros imaginários. Observando atentamente as fotografias da Agência de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte, busco organizar narrativas fotográficas que perturbam o que conhecemos como a história urbana. Os gestos que romperam e rompem o consenso. Em um exercício de pensar a política das imagens, na confluência de tempos e espaços, a memória. Adentro dos escombros da realidade para colocar em movimento no presente, os pequenos traços de luz do passado gravados em superfícies fotossensíveis.

Resumen

Algunas ciudades sudamericanas se establecieron bajo una lógica predatoria de mundo, instituyeran modos de vida que levan a múltiples escalas de alienación. Es donde muchas veces se pierde la agencia del cuerpo, del espacio, de la historia, de la memoria. Todavía existen las experiencias que logran vaciar el campo de las hegemonías, deconstruir el consenso y las lógicas preestablecidas de la ciudad. Puntos de instabilidad que crean otras políticas, otros imaginarios. Con la mirada atenta a las fotografías de la Agencia de Comunicación del Ayuntamiento de Belo Horizonte, busco organizar foto narrativas que perturben lo que conocemos como la historia urbana. Las gestos que rompieron y rompen el consenso. En un ejercicio de pensar la política de las imagines, la confluencia de tiempos y espacios, la memoria. Adentro los escombros de la realidad para poner en movimiento en el presente, las pequeñas huellas de luz del pasado grabadas en superficies fotosensibles.

Belo Horizonte, localizada na região sudeste do Brasil, desenhada para ser a capital administrativa e política do estado de Minas Gerais, foi uma das primeiras cidades

¹ O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001

planejadas do país. Projetada por uma equipe conduzida pelo engenheiro Aarão Reis entre os anos de entre 1894 e 1897, foi inaugurada em 1897 ainda com o nome Cidade de Minas e parte significativa de seu traçado urbano e arquitetônico por construir.

Foi erguida com as ásperas e persistentes matizes do ideário de modernidade, do imaginário positivista e do intenso apelo das ideologias republicanas: a ordem do novo, do desenvolvimento e do progresso. Sua invenção e construção não escapou a lógica predatória, cultura de barbárie, que instituiu múltiplas escalas de alienação, onde algumas pessoas perderam a agência do próprio corpo, da moradia, do espaço coletivo, da memória. Desde a eliminação do antigo arraial Curral Del Rei até uma tentativa continua de apagar, de diferentes formas, tudo aquilo que se colocou de alguma maneira avesso a seu ordenamento.

A historiadora Heloísa Starling aponta em entrevista dada ao jornalista Lucas Negrisoli que a modernidade Belo-horizontina é baseada no progresso que tudo devora e não permite acumulação de memória: “A cidade surge dessa destruição (do Curral del Rei). Não sobra nada e não há nenhuma intenção de incorporar aquilo que existia. Isso traduz muito de Belo Horizonte”. Recorda os versos da música Fora da Ordem de Caetano Veloso - “Aqui tudo parece/ que era ainda construção/ e já é ruína” - para nos dizer que “em Belo Horizonte, muitas vezes, não foi necessário nem terminar uma construção para destruí-la, como se a cidade tivesse que produzir o novo todo o tempo e, principalmente, como se fosse uma cidade sem memória.”

A história da cidade é muitas vezes escrita e narrada por aqueles a quem é dado o direito à palavra, o direito à imagem, é contada em grandes obras de ordenamento do território, é escrita por seus marcos legais, materializada em suas instituições, por ações e articulações do poder público, do poder privado, do poder midiático. No entanto, mesmo nas realidades mais duramente desumanas, há algo que escapa pelas bordas, cria trincas e fissuras que não apenas expõem a fragilidade do próprio código, mas reivindicam e potencializam um olhar outro, uma existência outra.

Consciente de que não são raras as memórias dissidentes, devido a alguns ecos e espectros que nos alcançam no tempo presente, mas também por alguns rastros no próprio traçado urbano da cidade, em sua arquitetura, em suas materialidades. Pesquisei imagens fotográficas e videográficas de Belo Horizonte e região metropolitana que pudessem tornar visíveis os gestos desobedientes. Imagens dispositivo que podem colocar em questão os mecanismos de consenso e legitimação, a política de significação criada em torno da sempre “nova” capital ao longo de seus anos de construção e infinita reconstrução.

Neste contexto proponho uma pequena reflexão a partir da aproximação com o acervo fotográfico da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte – ASCOM. É um dos acervos mais importantes do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte – APCBH. Segundo o Fundo de Inventário ASCOM, o acervo “é composto por

aproximadamente 40.000 negativos fotográficos 6x6cm; 155.442 negativos fotográficos 35mm, 6.657 fotografias em papel e 40 slides.” Foram realizadas entre os anos de 1947 e 2003. Tive acesso a 18.657 fotografias, do total de aproximadamente 40.000 negativos 6x6cm que foram digitalizados, identificados e disponibilizados na sala de consulta do Arquivo Público.

A salvaguarda da memória, da história e do patrimônio cultural é uma preocupação recente da administração pública de Belo Horizonte, se tomamos o todo de sua história. A sua institucionalização surgiu com as potentes movimentações para criação de uma política de proteção dos bens culturais, em principal à demolição do Cine Metrôpole antigo Teatro Municipal, no início anos 80. Quando a cidade passava por outro ciclo de adensamento populacional e metropolização, o que significou uma forte onda de demolições, reconstruções e construções.

Para enfrentar o furor imobiliário e especulativo que tudo consome foi criado em 1984 o Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte / CDPCM – BH. O Arquivo Público foi criado 7 anos depois, em 1991, e integra a Diretoria de Patrimônio Cultural criada apenas no ano de 1993. Com todas as limitações que as instituições podem possuir, a criação tardia destes órgãos reforçam a predisposição do município ao ideário de modernização e expõem a falta de estima da administração pública pela própria história e memória. Demostram a vigência intermitente de uma certa política do esquecimento, do aniquilamento, do apagamento, mesmo quando se tratava de seus monumentos de Barbárie, para fazer referência a Benjamin².

A Assessoria de Comunicação Social do Município - ASCOM faz parte da administração direta do poder executivo de Belo Horizonte, é responsável por “planejar e coordenar as atividades inerentes à comunicação social, visando à integração da política e das atividades dos órgãos e entidades da Administração Pública nessa área”. Atividade esta que não apenas comunica os atos da administração, interna e externamente, mas também forma opinião, direciona e alimenta o imaginário da cidade.

No Arquivo o acervo de fotografias digitalizadas é disponibilizado em um computador dentro de uma pasta com o conjunto completo de imagens³. O gesto generoso da equipe técnica do Arquivo, permite a qualquer pessoa o acesso livre da restrição das palavras-chaves e torna visível não apenas uma imagem, mas uma rede de visibilidades. A pesquisa, a totalidade do acervo disponível me permitiu traçar alguns percursos, analisar a constituição de narrativas e de discursos imagetivamente apresentados pela Assessoria de Comunicação do Município ao longo dos anos de 1947 e 2003.

² Faço referência sétimo fragmento de suas conhecidas Teses Sobre o Conceito de História onde o autor aponta que “nunca houve um monumento de cultura que também não fosse um monumento da barbárie” (1994,: 225).

³ Importante ressaltar que o corpo técnico do Arquivo ainda está trabalhando na digitalização e processamento das imagens do acervo da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Belo Horizonte – ASCOM.

O objetivo inicial era pesquisar as imagens de pessoas, grupos, coletivos e movimentos sociais que conformaram a resistência à imponente urbanização da cidade, às grandes obras - à edificação de seus ordenados arruamentos e seus majestosos edifícios e monumentos. Como a movimentação de grupos, coletivos e associações contrários à supressão das árvores da espécie fícus da Avenida Afonso Pena, contrários à extinção da Praça Vaz de Melo, contrários à construção de estacionamentos e prédios que foram pouco a pouco suprimindo árvores, áreas verdes e permeáveis, envelopando a cidade, tamponando as entradas de ar.

Encontrei alguns escassos registros fotográficos sobre os atos políticos contrários à ação da administração pública de Belo Horizonte. Segundo a descrição de Âmbito e Conteúdo sobre o acervo fotográfico do Inventário do Fundo ASCOM: “As imagens são registros de atividades próprias à missão do Executivo Municipal. São tomadas do interior do Gabinete do Prefeito, de obras externas ou de eventos diversos, em sua maioria, com a presença do Prefeito e de funcionários da PBH.”

A escassez de imagens de atos contrários a estas presenças, demonstram um recorte específico do fotografar o cotidiano da gestão pública, uma vez que nas ações dos movimentos sociais, ou de grupos, de coletivos, muitas vezes, para não dizer a quase totalidade delas, existia a presença dos representantes do poder público. Ou porque as pessoas se rebelaram contra a supressão dos cortes de fícus da Afonso Pena no momento em que ele se efetivou, ou porque contra elas foi enviada a força pública, os órgãos de policiamento e contenção social.

Haviam numerosas e inquietantes imagens de enaltecimento das personalidades representantes de uma política institucional, em sua grande maioria homens brancos de terno e gravata em solenidades, inaugurações, eventos culturais e políticos. Haviam repetitivas imagens que valorizavam as ações do poder público, como as obras de asfaltamento, de alargamento de vias, de criação de redes de esgoto, entre outros, como também os serviços prestados nas escolas, nos hospitais, nos espaços culturais. Fotos planejadas, estudadas, posadas, cabe aqui dizer que como a capital, a fotografia também é filha da modernidade, dela se alimentou, a ela serviu.

A construção da narrativa daquele presente histórico que nos chega através das imagens é reveladora de um modo de fazer urbanístico e fotográfico que constrói não apenas a visualidade, mas também o imaginário de cidade no campo do sensível, do simbólico. Constitui o desejo de uma cidade cada vez mais moderna, cada vez maior, cada vez mais desenvolvida, cada vez mais ordenada, cada vez mais próspera. Constrói os modos de ver de sua população e o desejo por uma cidade sempre em obras e com seus representantes alvos em ternos e gravatas. Uma imagem de cidade aprisionada em seu eterno porvir, na cegueira seletiva que nega tudo o que é, e que vejo aqui no presente o futuro daquele tempo, sabendo que ele nunca chegou.

No livro *Conflitos - fotografia e violência política no Brasil*, Ângela Alonso sinaliza a importância dessas construções da ordem do imaginário e do sensível, as violências que operam e geram o apagamento e o desaparecimento de tudo aquilo que possa dizer de uma realidade outra.

“É que a luta simbólica também é fundamental na política. Aniquilar emblemas, memórias, signos, reputações, é tão relevante quanto abater o corpo. Nessas contendas se disputa quem representa a nação. E para haver heróis são necessários traidores da pátria. Nessa polarização entre o bem e o mal, a linguagem ganha toda relevância.” (2017: 20)

Propus o experimento arriscado de escavar dentro desta pasta de arquivos fotográficos da Assessoria de Comunicação os vestígios de presenças diversas. Tentar localizar a pluralidade de mundos na sua quase ausência de representação. Aquelas pessoas que estão nas bordas, nos cantos, nos fundos da imagem e que se rebelam contra a construção consensual da moderna cidade e de sua imagem fotográfica intencionada e posicionada.

Fiz alguns recortes, uma forma radical de fotografar com a foto dos outros. Evidenciando as pessoas que estão na imagem, mas não deveriam estar. Aqui apresento três grupos. Primeiro, os corpos infantis de natureza indomesticável, espontâneos. Segundo, os corpos de mulheres àquele tempo banidos da esfera pública das fotografias ASCOM, com os corpos de mulheres negras ainda mais invisibilizados. E em terceiro, os corpos negros, operários da construção da cidade, ocupam o centro da fotografia, para questionar com seus olhares e sobrancelhas contraídas. Três grupos que destoam de um certo corpo hegemônico de imagens e imaginários.

Acompanha a pasta de fotografias do Arquivo Público, 5 tabelas de excel com o registro das imagens contendo: número de identificação, descrição original, nome do convidado para identificação, descrição atribuída, identificação da gestão, dossiê, número do item, identificação do (a) funcionário (a) que inseriu o arquivo no sistema. Fiz o cruzamento entre as imagens e os textos de identificação. Inseri as informações nos recortes fotográficos evidenciando que os textos serviam para assegurar a permanência dos nomes e sobrenomes políticos instituídos, sendo que os demais ficaram fora da legenda.

Proponho desta forma o exercício de pensar através da desorganização de imagens e visibilidades. Convoco o seu olhar, não apenas para evidenciar as injustiças pretéritas, mas sobretudo para visualizarmos os ciclos repetitivos de violência do presente, o que e como estamos ligados a este passado no hoje. Benjamin no texto “Escavando e Recordando” trabalha a ideia de que liberar o campo do agora implica desencobrir certo passado que o estado presente das coisas gostaria de convenientemente manter desconhecido, soterrado, inativo (1987). Rever essas fotografias com um novo recorte, talvez seja uma forma de repovoar o campo do visível com aqueles e aquelas que foram de alguma forma historicamente colocados fora dele. Como entoar a voz e a sensibilidade da historiadora Maria Beatriz do Nascimento no filme *Orí* (1989, min 29:39):

“É preciso a imagem para recuperar a identidade, tem que tornar-se visível. Porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo do outro e em cada um o reflexo de todos os corpos. A invisibilidade está na raiz da perda da identidade...então eu conto a minha experiência em não ver Zumbi que para mim era o herói.”

Imaginar através da ausência de imagens, ou quase, digo, em primeiro plano, ou quiçá de câmeras em mãos. Imaginar a própria imagem.



Prefeito Amintas de Barros visita obras no bairro Padre Eustáquio.
Sem data, aproximadamente 1961.
Em primeiro plano, da esquerda para a direita: 2º Prefeito Amintas de Barros.
Gestão Amintas de Barros.



Prefeito Oswaldo Pieruccetti em inauguração de posto médico e dentário no Grupo Escolar Francisco Bressane Azevedo.
Agosto de 1965.
Em primeiro plano, da direita para a esquerda:
2º Prefeito Oswaldo Pieruccetti
Gestão Oswaldo Pieruccetti.



Prefeito visita obras no Padre Eustáquio, asfaltamento da Praça São Vicente de Paulo
À esquerda: Prefeito Amintas de Barros (com suspensórios).
Sem data, aproximadamente 1960.
Gestão Amintas de Barros.



Prefeito Sousa Lima em visita a obras de construção do Túnel da Lagoinha.
Em primeiro plano, da esquerda para a direita: 2º Teófilo Sousa Lima (de óculos, calvo). Em segundo plano, da esquerda para a direita: 3º Prefeito Sousa Lima (calvo, paletó claro).
Julho de 1967. Gestão Sousa Lima.

Nas fotografias do acervo ASCOM as crianças aparecem no espaço público, aos bandos na borda da imagem que era o meio da rua, caminham despreocupadas a pé, de bicicleta. Com o passar dos anos e das imagens é possível perceber a desapareção gradativa delas a cada nova rua asfaltada, a cada novo carro na avenida. Sabemos que a existência desses pequenos na cidade atualmente pressupõe um risco de vida, a rua

comporta várias escalas de perigo, nas áreas periféricas e centrais. Nas fotografias eles interpelam o fotografo, as autoridades, lançam o olhar a nós espectadores. Talvez estejam questionando os símbolos de progresso que inviabilizaram a sua presença e liberdade de rua.



Prefeito Oswaldo Pieruccetti visita obras de asfaltamento. Fileira à esquerda, da esquerda para a direita: 2º Vereador Ruy da Costa Val (terno claro). Fileira à direita, da esquerda para a direita: 1º Hélio Carnevalli (de bigode); 2º Oswaldo Pieruccetti (cabelos grisalhos).
14 de maio de 1966. Gestão Oswaldo Pieruccetti



Local de obras no bairro Sagrada Família. Em primeiro plano: Vereador Antônio Menezes Soares.
22 de dezembro de 1965.
Gestão Oswaldo Pieruccetti.



Inauguração da Ponte sobre o Arrudas (Perrela) Avenida Francisco Sales com Avenida Andradas. Prefeito Oswaldo Pieruccetti ao centro.
Abril de 1974.
Gestão Oswaldo Pieruccetti.



Prefeito Oswaldo Pieruccetti em visita. Da esquerda para a direita: 1º Prefeito Oswaldo Pieruccetti (mãos atrás).
Ao fundo, lê-se em faixas: "Granjas Colombo".
Setembro - Outubro de 1965.
Gestão Oswaldo Pieruccetti



Vias asfaltadas no Parque Municipal de Belo Horizonte
Janeiro 1954.
Gestão Américo Renê Giannetti.



Desfavelamento em diversos bairros de BH
Avenida Raja Gabaglia, esquina com Rua Josafá Belo.
24 de maio de 1966.
Gestão Oswaldo Pieruccetti

Nas fotografias a presença é majoritariamente de corpos masculinos infantis. As meninas e mulheres estão ainda mais ao fundo, ainda mais fora do centro. Caminham amparadas, acompanhadas, são levadas para fora do quadro fotográfico. As mulheres negras estão ainda mais ao fundo, fora do foco, sem nitidez. É preciso um olhar atento e cuidadoso para encontrá-las em poucas das fotos. Como Ângela Alonso pontua no livro *Conflitos - fotografia e violência política no Brasil* a “A linha de cor é um eixo do conflito sobre o qual a letra cala, mas a fotografia delata.” (2017: 42). Se observamos os gestos, elas parecem caminhar em passo acelerado, carregam latas, trouxas de pano, levam lenço na cabeça. Trabalham, cuidam do cotidiano de vida, às costas daqueles que param e pousam para foto, trazem à luz uma certa política reversa de visibilidade.



Melhoramentos no Parque - Canalização do Córrego.
13 de agosto de 1954.
Gestão Américo Renê Giannetti



Obras na Avenida dos Andradas próximo ao Parque Municipal.
Ao fundo e à direita, Viaduto Santa Tereza.
Sem data.
Gestão Américo Renê Giannetti



Demolição de barracão clandestino usados para fins comerciais.
Sem data.
Gestão não identificada.



Nova rede de esgoto concluída na rua Tenente Anastácio
Obras de saneamento na Rua Tenente Anastácio de Moura, no bairro Santa Efigênia.
Julho de 1965.
Gestão Oswaldo Pierucetti.



Reconstrução de esgoto na Rua Carijós.
14 de setembro de 1960.
Gestão Amintas de Barros.



Prefeito Oswaldo Pierucetti visita obras no bairro Anchieta.
No canto superior à direita, da esquerda para direita: 3º Major Luiz Boffa (de quepe);
5º Prefeito Oswaldo Pierucetti (terno claro).
17 de maio de 1966.
Gestão Oswaldo Pierucetti

Nas quatro fotografias os operários da construção civil encaram quem fotografou, retornam o olhar a eles dirigido deixando registrado algum estranhamento. A simplicidade desses corpos diante do elaborado equipamento fotográfico, diante da escala da capital que era construída demarca, provoca uma certa instabilidade ao mesmo tempo que nos colocam em campo.

Se por um lado estes registros existiram primeiro para perpetuar e divulgar uma lógica específica do fazer política e do fazer unilateral de cidade, posso dizer da cidade do pensamento único. Tentando eliminar e dominar tudo aquilo que lhe escapa à sua lógica própria, o outro e o ambiente natural, eliminando: o pequeno arraial, as suas formas de vida, depois tentando tirar dos operários vindos dos diversos locais do estado e do país das suas práticas próprias e saberes de construção, tentando tirar as crianças e mulheres da rua, canalizando córregos, cortando árvores nativas e plantando espécimes

incompatíveis com o local, desapropriando simples moradores e apagando as outras cidades dentro da cidade.

Por outro lado, podemos pensar através do rearranjo destas fotografias, que é possível ressignificar o passado à luz dos acontecimentos do presente. Se as fotografias serviam para enaltecer aquela forma de governo e seus representantes, hoje elas nos trazem estas outras presenças. E é ao mesmo tempo possível iluminar e transformar o presente trazendo à vida os espectros do passado. Estas fotografias atestam que o mundo político partilhado de Belo Horizonte é composto por estes outros modos de existência, as Contra-Cidades, apesar da perpetuada tentativa de seu apaziguamento e aniquilamento.

“Vivemos tempos de intensificação de luta”, disse a professora indígena Célia Xacriabá no festival CoMA em Brasília em agosto de 2019. Nestes tempos, não é raro perceber que a atribuição de uma espécie de “culpa” aos descaminhos da política instituída recaia sobre uma suposta falta de memória. Penso que não se trata exatamente de uma questão de ausência de memória, porque a sociedade ocidental é estruturada sob bases memorialistas muito fortes. Mas há sim um recorte, a hegemonia de uma memória específica, fundada em grandes narrativas, sustentada por valores conservadores.

O excesso de história e memória que parte de um recorte específico, da delimitação do que está dentro ou fora do quadro fotográfico, acabam por criar uma certa atrofia do olhar, geram esquecimento. André Huyssen no livro *Memórias do passado presente* pontua que “um discurso público onipresente e até excessivo da memória, somado à sua comercialização em massa, pode gerar outra forma de esquecimento, um olvido por exaustão que é diferente da *mémoire manipule* (memória manipulada) de Ricoeur, como um “*ne pas vouloir savoir* (não querer saber).

A jornalista Eliane Brum aponta no texto “Doente de Brasil” que o momento político em que vivemos está diretamente relacionado a perda da palavra como mediadora. Penso que não se trata apenas da palavra, mas sobretudo da imagem. A onda de notícias falsas, de verdades autoproclamadas, de machismos, de racismos, está fortemente ancorada em narrativas visuais, em fotos, em vídeos, em memes, em charges, em desenhos, entre outros.

Muitos anos depois do *Mundo Imagem* de Susan Sontag, Joan Fontcuberta afirma que a voracidade viciada da sociedade pela produção de informação visual atingiu patamares impossíveis de acalmar. São imagens do que deve ser morto, exterminado, são padrões e normatividades criadas para dizer do que não deve existir. Perdemos a imagem como mediadora. Perdemos a possibilidade de uma imagem comum, partilhada, justo no momento em que outros atores começaram a ocupar a fotografia, os espaços, a política. Onde poderíamos encontrar os traços comunitários da construção do espaço, da experiência de vida na cidade de Belo Horizonte?

No texto *Ruídos de Arquivo*, Fontcuberta retoma o trabalho do artista Joachin Schmid, com fotografias que saqueiam o arquivo, depredam a memória, colocando em questão os

mecanismos institucionais de preservação e salvaguarda. O autor problematiza um certo “excesso de história” já delineado por Nietzsche como lastro para a vida e diz que “A história institucionalizada se converte em um espartilho que molda a memória, mas à custa de cortar a experiência do presente e do futuro”. Defende a dessacralização da memória no que seria uma nova ecologia de imagem. E escreve sobre uma espécie de refundação do que chama “internacional relacionista: ”Fotógrafos do mundo, uni-vos e detenham a vossa produção excessiva e incessante, reciclem o que existe”. Penso que é necessário antes operacionalizar uma mudança epistemológica não apenas no modo de produzir imagens, mas no modo de ver.

A crise de memória que vivemos é uma crise de visão de mundo, de mundos. Não se trata apenas de pensar a fotografia enquanto suporte, mas enquanto dispositivo, capaz não apenas de afetar e abalar o campo do sensível, mas de convocar outro modo de ver, não apenas olhar para o que acontece na imagem fotográfica mas também no espaço, as experiências do ontem e do hoje. Como pontua Peter Pál Pelbart citando David Lapoujade:

Ainda uma vez, através de todas essas existências inacabadas, o clamor de suas reivindicações, como se elas reclamassem ser amplificadas, aumentadas, em suma, tornadas mais reais. Ouvir tais reivindicações, ver nessas existências tudo que elas têm de inacabado, é tomar partido por elas. É isto entrar no ponto de vista de uma existência, não para ver por onde ela vê, mas para fazê-la existir mais, para fazê-la passar a uma existência maior ou para fazê-la existir ‘verdadeiramente’. (2013 P.397_398)

Estes registros visuais de campos em disputa onde entraram supostamente despercebidas - as crianças, as mulheres, os operários - por outras memórias plurais, mostram que elas e eles sempre estiveram lá e aqui, potências de instabilidade na imagem e no espaço. Existem para nos dizer que é preciso vê-los, que é preciso ver.

Referências Bibliográficas

ALONSO, Angela; ESPADA, Heloisa (organizadoras). “Conflitos - fotografia e violência política no Brasil 1889-1964”. São Paulo: IMS, 2017.

BENJAMIN, W. “Obras Escolhidas. II – Rua de Mão Única”. 2 ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

DIDI-HUBERMAN, George (organizador); tradução BASROS, Jorge; ASSIS CARVALHO, Edgar; BOSCO, Mariza P.; HENEULT, Eric R.R. “Levantes”. São Paulo: Edições Sesc São Paulo, 2017.

FONTCUBERTA, Joan. “La Cámara de Pandora La fotografi@ después de la Fotografía”. Editora Gustavo Gili, SI, Barcelona, 2016.

HUYSEN, Andres. “Culturas do Passado-Presente modernismos, artes visuais, políticas da memória”. Rio de Janeiro: Editora Contraponto, 2014.

PELBART, Peter Pál. Por uma arte de instaurar modos de existência. 2014. Disponível em: https://issuu.com/bienal/docs/31_livro_pt/252. Acesso em: 22 mai. 2017.

Artigos de Jornais

NEGRISOLI, Lucas. “Em 121 anos, BH foi uma das cidades que mais destruíram seu patrimônio”. Disponível em: <https://www.uai.com.br/app/noticia/e-mais/2019/01/18/noticia-e-mais.240386/em-121-anos-bh-foi-uma-das-cidades-que-mais-destruiram-seu-patrimonio.shtml>, pesquisado em 20 de março de 2019.

BRUM, Eliane. “Doente de Brasil - Como resistir ao adoecimento num país (des)controlado pelo perverso da autoverdade. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2019/08/01/opinion/1564661044_448590.html, pesquisado em 05 de setembro de 2019.

Filme

GERBER, Raquel. “Orí “ (1h 40min). 1989.

Documentos

Arquivo Público de Belo Horizonte. Inventário do Fundo de Assessoria de Comunicação Social do Município – 1947 a 2010. Divisão de Acervos Permanetes, 2011.